

PRONATEC COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA AVALIAÇÃO ACERCA DA EFETIVIDADE E DOS RESULTADOS DO PONTO DE VISTA DO EGRESSO

Ana Flávia Santos Lopes
Iago Batista Gonçalves
Vinícius Batista Gonçalves
André Oliveira Almeida
Geovane Souza Melo Junior

Resumo

O presente artigo buscou analisar os efeitos que o PRONATEC causou na vida de seus egressos na cidade de Formiga – MG. A pesquisa concentrou-se em identificar as mudanças que ocorreram na renda e na empregabilidade dos mesmos. O estudo possui uma abordagem quantitativa e utilizou-se como instrumento um questionário contendo 10 perguntas. Foram aplicados 35 questionários em alunos que cursaram ou se inscreveram para fazer os cursos oferecidos pelo programa. Os resultados apresentam que não houve mudança na renda e na empregabilidade dos egressos do PRONATEC, identificou-se também que houve muitas falhas no programa o que comprometeram sua qualidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. PRONATEC. Empregabilidade. Qualidade de Vida. Renda.

1 INTRODUÇÃO

Desde a abertura do mercado no início da década de 1990, os setores produtivos da economia interna têm passado por inúmeras mudanças, sendo estas caracterizadas pela modernização dos meios produtivos e pela busca da eficiência e da otimização dos recursos. Tais modificações objetivavam principalmente proporcionar ao mercado interno a competitividade necessária para enfrentar a concorrência global que se instalou a partir deste processo de abertura.

Rossi e Ferreira (1999) asseveram que com o término das barreiras não-tarifárias e a redução das tarifas adotou-se o método do livre comércio, havendo, dessa forma, a expansão do acesso a produtos de melhor qualidade e perante a concorrência internacional a indústria brasileira seria pressionada a aperfeiçoar seus produtos e métodos de produção.

Dentre os insumos essenciais e necessários a um mercado competitivo, pode-se destacar a mão de obra qualificada, que desde sempre se tem configurado em um gargalo ao crescimento e à eficiência das empresas brasileiras. Ao analisar tal situação, Vieira e Alves (1995) afirmam que a má utilização das tecnologias e a falta de qualificação profissional dos trabalhadores no manuseio e na utilização de novas técnicas gerenciais, são provenientes do baixo grau de escolaridade e do descaso da sociedade em valorizar a educação como fator de extrema importância, para a superação do subdesenvolvimento.

O governo então, enquanto principal fomentador da economia deve prover recursos e promover ações para movimentar a economia interna e, conseqüentemente, qualificar a mão de obra necessária à execução das tarefas demandadas pelo mercado. Diante de tal constatação, Pereira (2012 p. 16) sugere o chamado “Novo Desenvolvimentismo”, que vem abarcar um conjunto de ideias, valores, instituições, e políticas econômicas, mediante as quais os países de desenvolvimento médio, no intuito de alcançar os países

desenvolvidos no século XXI, adotam mediante aporte de recursos do estado uma postura ativa no que diz respeito ao fomento da economia interna, participando direta ou indiretamente dos investimentos em setores estratégicos da economia, como infraestrutura e desenvolvimento tecnológico, bem como criando um cenário propício ao desenvolvimento econômico e social.

Apesar da qualificação da mão de obra, como visto ser um fator determinante para o sucesso das empresas, o que se tem percebido no atual cenário brasileiro é que o nível da mesma deixa muito a desejar. A tentativa de implantação de programas voltados exclusivamente para uma maior qualificação e profissionalização da mão de obra, vem desde a década de 1990, mais especificamente, remete ao ano de 1995, quando o então presidente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), ainda em seu primeiro mandato, tentou promover a qualificação profissional para a parcela mais carente da população por meio do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) (Castioni, 2013).

Atualmente, o programa que se encontra ativo, buscando viabilizar o acesso à qualificação profissional é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, conhecido popularmente como PRONATEC. O programa foi lançado em 2011 pela presidente à época Dilma Rousseff, no intuito de qualificar a mão de obra, ofertando condições melhores de desenvolvimento econômico e humano para a população, sendo na ocasião da campanha de sua reeleição em 2014, sua principal bandeira eleitoral.

Os objetivos do PRONATEC se encontram delineados pelos incisos do artigo 1º, da Lei nº 12.513/11, oportunamente transcritos:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011).

Com o objetivo de analisar a eficiência do PRONATEC enquanto política pública, a pergunta que norteia esta pesquisa é: O PRONATEC está produzindo os resultados conforme os objetivos inscritos na lei do programa, justificando o investimento com ele dispensado, e proporcionando melhores condições de desenvolvimento econômico e humano?

Cassiolato e Garcia (2014) afirmam que o programa é bastante amplo, sendo uma importante solução encontrada para o problema da baixa escolaridade e da insuficiente qualificação profissional da maioria dos trabalhadores, em uma fase que o desenvolvimento econômico necessitava de uma crescente quantidade de mão de obra especializada.

Com o propósito de responder ao problema de pesquisa, propõe-se como objetivo geral deste trabalho a investigação acerca das mudanças verificadas na renda e na empregabilidade dos egressos do PRONATEC na cidade de Formiga – MG. A fim de

atingir o objetivo geral proposto, e alinhando a investigação proposta aos objetivos do programa, especificamente no que tange o inciso VI do artigo 1º da Lei 12.513/11, o trabalho deve se desenvolver de acordo com os seguintes objetivos específicos:

- Quantificar o percentual de variação da renda do egresso, antes e após a qualificação do egresso;
- Identificar as alterações ocorridas na carreira profissional do egresso, após sua qualificação.

Os demais incisos do artigo 1º da Lei do PRONATEC, não foram vinculados aos objetivos deste trabalho, uma vez que, tais objetivos são subjetivos e complexos de serem visualizados e analisados pelo emprego dos métodos propostos por este trabalho.

Por meio dos objetivos aqui propostos, e na busca pela resposta ao problema de pesquisa, buscou-se oferecer uma real dimensão sobre os resultados, em comparação às expectativas geradas em torno dos benefícios esperados na vida dos egressos, e do investimento dispensado na concepção e manutenção do programa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas

O termo políticas públicas pode ser entendido como um conjunto de ações governamentais voltadas para a satisfação de alguma necessidade pública, seja ela de caráter social, macroeconômica, científica ou tecnológica (GELINSKI; SEIBEL, 2008). Esse tipo de política tem como finalidade o fornecimento, por parte do Estado, de bens e serviços que satisfaçam o que é, ou pelo menos deveria ser, de interesse público (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

No decorrer das décadas, as atividades exercidas pelo Estado em prol da sociedade foram se modificando, sendo certo que um dos fatores determinantes de tal situação foi o crescimento da democracia. Em decorrência do agigantamento do Estado frente à coletividade, agora sob a forma de um “governo do povo”, “atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade” (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2008). Porém, para que se possa falar em promoção do bem-estar social, é necessária a criação de ações por parte do governo direcionadas para matérias de sua competência, como é o caso da saúde, meio ambiente, habitação, educação, emprego e renda (SEBRAE, 2008).

Pelo exposto, ainda que pela breve análise sobre as políticas públicas, estas podem também ser entendidas como “[...] a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público” (SEBRAE, 2008, p. 5). Adentrando um pouco mais sobre o tema relacionado à política pública, tem-se que ela é concebida, em primeiro lugar, pelo conjunto de providências que formam a parte perceptível da política, sendo esta constituída de recursos: financeiros (os créditos atribuídos aos ministérios), intelectuais (a competência que os atores das políticas são capazes de mobilizar), reguladores (o fato de elaborar uma nova regulamentação constitui um recurso novo para os tomadores de decisão), materiais (MULLER; SUREL, 2002, p.13).

Muller e Surel (2002) asseveram ainda que para implementar uma política pública faz-se necessário reunir componentes de valor e de conhecimento, bem como

ferramentas de ações particulares com a finalidade de executar os objetivos desenvolvidos pelas trocas entre os entes privados e público. Um analista de políticas públicas, por sua vez, deve ficar equidistante das duas extremidades que formam os impasses para o entendimento do que vem a ser uma ação pública. Muller e Surel (2002) explicam o que são esses impasses:

O primeiro consiste em considerar que somente se está na presença de uma política pública a partir do momento em que as ações e as decisões estudadas formam um todo coerente, o que não acontece jamais. O segundo impasse teórico e metodológico consiste em negar qualquer racionalidade da ação pública, em vista das múltiplas incoerências que ela manifesta (p. 17).

Para superá-los é essencial que o trabalho de análise se empenhe em evidenciar as razões da ação, e colocar em ação as razões da política pública no seu desenvolvimento de elaboração e implementação (MULLER; SUREL, 2002). No tópico seguinte, será abordado o tema relativo à política pública, no que tange especificamente à área da educação.

2.1.1 Política pública na área da educação

A Política Pública Educacional é uma das áreas da política, responsável por promover ações em favor da educação básica, fundamental, média e da qualificação profissional, seja ela técnica ou superior. Ela está diretamente ligada à formação da sociedade que se desenvolve nas escolas, influenciando o modo de agir e de pensar das pessoas (GIRON, 2008, apud FERREIRA; SANTOS, 2014).

Para que os resultados almejados sejam alcançados, Estado e sociedade devem trabalhar juntos, pois “quando se fala em Políticas Públicas na educação a abordagem trata-se da articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, que resgate a construção da cidadania” (GIRON, 2008, apud FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 149).

O principal objetivo das políticas públicas voltadas para a área da educação é o de promover um futuro mais promissor para o país, por meio da melhoria da qualidade de vida de sua população e do aumento do poder aquisitivo da mesma, uma vez que são oferecidos cursos gratuitos de qualificação profissional para alcançar tais metas (GIRON, 2008, apud FERREIRA; SANTOS, 2014, p. 149). Contudo, os resultados previstos e desejados nem sempre são alcançados, pois de nada adianta assegurar o acesso meramente formal a tais políticas, como ocorre no caso do PRONATEC, se não for assegurada a qualidade do programa, e não forem colocados a salvos os direitos de cada cidadão participante do mesmo (SETUBAL, 2012, apud FERREIRA; SANTOS, 2014).

2.2 O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC)

Com o intuito de aumentar o acesso ao ensino técnico e a mão de obra qualificada dos brasileiros, foi criado pelo governo Dilma Rousseff o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com o advento da Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011. Trata-se, de um programa que engloba várias ações que guardam traços em comum com as políticas implementadas na vigência do governo de Fernando Henrique Cardoso, e cuja concepção pautou-se, e ainda se pauta na necessidade de

preparar a mão de obra para o mercado de trabalho. Cassiolato e Garcia (2014) ratificam o exposto e complementam:

O programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania (p. 34).

De acordo com o Ministério da Educação (2013), o investimento feito no programa no ano de 2013 foi de 14 bilhões, tal investimento deve ser questionável pela forma como é empregado na realidade, pois propõe cursos de formação rápida para o mercado de trabalho e desconsidera a formação apropriada dos professores para atuar nessa área, pela razão de que muitos não sabem lidar com a baixa escolaridade de seus alunos (FRONZOI; SILVA; CASTRO, 2013).

Ainda segundo o Ministério da Educação (2016), dentre os cursos de qualificação profissional (Formação Inicial e Continuada – FIC) ofertados pelo PRONATEC estão os de: açougueiro, agente de aeroporto, agente de alimentação escolar, agente de limpeza urbana, ajudante de obras, aplicador de sistemas de proteção de pisos e revestimentos, assistente de secretaria escolar, balconista de farmácia, caseiro, cobrador de ônibus coletivo urbano, inspetor escolar, mestre de obras, organizador de eventos.

Os cursos acima listados podem enfrentar o problema relativo à qualidade do ensino, o que implica num impacto negativo sobre o direito do cidadão participante a uma educação efetiva e não meramente formal, como já exposto no item 2.1.1. Compartilhando de tal entendimento, Setubal (2012) afirma que há que se levar em conta que nem sempre as políticas públicas implantadas vêm a produzir os resultados esperados, pois o simples acesso a esses cursos, por si só, não garante a qualidade dos mesmos e muito menos coloca a salvo os direitos fundamentais, dentre os quais se destaca o direito à uma educação efetiva (SETUBAL, 2012, apud FERREIRA; SANTOS, 2014).

2.2.1 PLANFOR E PROEJA

A história do Brasil no que diz respeito ao lançamento de programas voltados para promover a qualificação profissional não é recente. Ainda no ano de 1995, por meio da resolução 96 do CODEFAT, o governo do FHC criou o Plano Nacional de Educação Profissional – Planfor, em 18 de outubro de 1995, época em que o país vivenciava uma crise econômica, fazendo-se necessária proceder à adaptação dos profissionais às exigências daquele período, o que seria possível pela qualificação da mão de obra (Castioni, 2013).

O Planfor tinha como propósito se tornar um forte programa de qualificação profissional, incluindo um conjunto amplo de ações. Entretanto, Castioni (2013) observa que o programa não alcançou o seu principal objetivo, qual seja, o de unir a qualificação profissional ao sistema de educação, oferecendo, então, uma sólida elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Posteriormente, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), por meio do Decreto nº. 5.478, de 24 de junho

de 2005. Este, por sua vez, objetivava construir uma sociedade igualitária, respaldada nas políticas de educação profissional recentes na época, que visavam

a expansão da oferta pública de educação; o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão” (MOURA, 2006, p. 3).

Os dois programas citados acima foram lançados no intuito de melhorar a educação no país e principalmente oferecê-la a população mais carente, assegurando que todos tivessem acesso à educação de qualidade e consequentemente a uma qualificação profissional. Para que uma política pública educacional consiga beneficiar a população, é necessário que os entes do governo, do Estado, das cidades e das escolas estejam unidos em prol de um bem maior que é promover educação de qualidade para todos. O tópico seguinte tratará sobre a metodologia utilizada neste artigo.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

Ao considerar as características do problema pesquisado, optou-se pelo método indutivo, que exige num primeiro momento a observação por meio de constatações de casos particulares, a fim de fazer generalizações por meio da formulação lógica. Este método foi criado por empiristas como Bacon, Hobbes, Locke e Hume, e parte do pressuposto de que o conhecimento deve ser construído com base na experiência, sem levar em conta princípios pré-existentes, ou seja, parte do específico para o geral, tirando conclusões abrangentes com base em casos particulares (MASCARENHAS, 2012).

Visando suprir informações acerca da efetividade do PRONATEC enquanto Política Pública na empregabilidade, na renda e na qualidade de vida dos egressos, formulou-se uma pesquisa aplicada que, segundo Martins e Theóphilo (2009), é uma investigação original concebida pelo interesse em adquirir novos conhecimentos, e envolve consideração de conhecimento disponível e sua ampliação com vistas a solução de problemas específicos.

Quanto ao tipo, optou-se pela metodologia de pesquisa exploratória e descritiva, que Gil (2002) afirma ser uma pesquisa que tem por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, e tem como característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. O procedimento técnico utilizado enquadra-se nas características definidas na teoria como Levantamento ou *Survey*, que Prodanov e Freitas (2013) definem como um tipo de pesquisa que envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer por meio de um questionário.

Quanto à abordagem, entende-se tratar de uma pesquisa quantitativa, que Mascarenhas (2012) define como sendo uma pesquisa que está baseada na quantificação para coletar e tratar os dados, e afirma ainda que estudos baseados neste método oferecem uma base mais segura para que o pesquisador tire suas conclusões, características estas adequadas ao modelo proposto por este trabalho.

O mesmo autor ainda complementa que este tipo de pesquisa encaixa-se em um tipo específico de pesquisa quantitativa tratada como Estudos de correlação de Variáveis, em que o objetivo é verificar se existe relação entre duas ou mais variáveis, já que o que

se pretende inferir é a variação na empregabilidade, na renda e na qualidade de vida associada à participação dos egressos no programa.

Quanto à análise dos dados, Casarin e Casarin (2011) ressaltam que a escolha da forma de análise e interpretação dos dados depende diretamente do tipo de dado coletados.

Martins e Theóphilo (2007) afirmam que nos estudos exploratórios e descritivos os instrumentos mais comuns para coleta de dados são o questionário e a entrevista. Diante do exposto, e das características já definidas do estudo, visando a menor influência possível nas respostas, optou-se pela elaboração de um questionário guiado tendo como embasamento a utilização de questões fechadas e abertas.

3.2 Universo e Amostra

Com o objetivo de viabilizar a pesquisa, e atendendo ao preceito do Método Indutivo de generalizar as constatações por meio da análise de casos particulares, o universo da pesquisa foi determinado como os alunos do PRONATEC da cidade de Formiga/MG até o encerramento do ano letivo 2015.

A amostra utilizada foi por acessibilidade ou por conveniência, que é a menos exigente de todos os tipos de amostragem existentes, isso porque ela não requer que seja feito qualquer cálculo estatístico. O investigador escolhe os elementos a que tem acesso, partindo da premissa de que estes conseguem retratar o universo. Este tipo de amostragem é mais aplicado em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é obrigatório elevado nível de exatidão (GIL, 2008).

Foi escolhida a amostra por acessibilidade ou por conveniência (o tamanho dessa amostra é de 35 respondentes), porque a atual gestão do PRONATEC não possui informações dos alunos que se formaram ou se inscreveram nos cursos nos anos anteriores. A gestão atual alega não possuir essas informações pois o programa era responsabilidade de outra equipe, que por sua vez não guardavam todas as informações dos alunos e as que eram guardadas não possuíam back-up em arquivo eletrônico, sendo armazenadas apenas no papel e estes não eram arquivados de forma estruturada.

Os questionários foram analisados por meio da estatística descritiva, que segundo Fávero (2009), permite ao pesquisador uma melhor compreensão do comportamento dos dados por meio de tabelas, gráficos e medidas-resumo, identificando tendências, variabilidade e valores atípicos. A partir desta metodologia, atingiu-se os resultados que responderam ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS

A análise dos resultados foi dividida em três partes: a primeira busca estabelecer um perfil dos alunos do programa, a segunda, trata sobre os alunos que não concluíram o curso, e busca identificar o motivo desses alunos não terem concluído o curso; a terceira e última parte, aborda os alunos que concluíram o curso e acerca das mudanças verificadas na empregabilidade e na renda deste grupo.

A pesquisa revelou que o perfil dos alunos do PRONATEC em Formiga pode ser estratificado da seguinte forma: 54% mulheres (19 respondentes); a faixa etária de 51% dos alunos (18 respondentes) está entre 21 e 30 anos; e 46% (16 respondentes) possuem ensino superior concluído ou ainda em curso.

Foi possível verificar que os alunos que procuraram os cursos do PRONATEC já possuíam alguma qualificação. Um resultado diferente do que foi pressuposto antes da

aplicação do questionário, de que os alunos que procuraram o PRONATEC possuíam pouca ou nenhuma instrução profissional.

O curso que obteve maior número de matriculados foi o de Técnico em Manutenção e Suporte em Informática com um total de 31%(11 respondentes) e 63% dos alunos(22 respondentes) não concluíram o curso ou sequer começaram.

A segunda parte da análise, quanto ao motivo de parcela dos alunos não terem terminado o curso ou não terem começado, foi dividida em quatro grupos para facilitar a interpretação das respostas. Tem-se que 27% deste extrato argumentou insatisfação com o curso, 14% reclamaram do deslocamento de casa até o local do curso, 41% das desistências foram por motivos pessoais e 18% dos respondentes iniciaram um curso superior e por isso desistiram do programa.

O principal motivo dos alunos não terem terminado o curso foi basicamente por motivos pessoais, conforme alegações deles, mas o que se percebeu é que muitos nem começaram o curso. No quadro 2 que está no apêndice B, pode ser verificado especificamente o motivo de cada respondente não ter continuado ou começado o curso.

O segundo principal motivo dos alunos não terem continuado o curso foi em razão da insatisfação com o mesmo, totalizando 27%; tais alunos reclamaram que não se tratava do curso esperado (ficou abaixo da expectativa) e houve muitas falhas no programa como, por exemplo, a remuneração: eles tinham direito de receber uma determinada quantia a cada aula assistida e isso não ocorreu. De certa forma, isso denota interesse econômico por parte dos alunos – mesmo que o valor não fosse elevado – em detrimento da função do curso: a capacitação.

Ao se analisar a terceira e última parte, observou-se a melhoria na renda dos egressos depois de fazerem o curso: em comparação à renda que eles tinham antes, esse fator foi praticamente insignificante, uma vez que apenas um dos pesquisados afirmou que houve aumento em sua renda após o término do curso. Porém, não é possível afirmar que esse aumento é fruto da qualificação dada pelo programa, porque esse respondente especificamente não colocou qual é o seu emprego atual, ou seja, não foi possível identificar se o egresso trabalha na área e em função disto, conseguiu melhorar a sua renda.

O fator da melhoria na renda dos egressos não é o único quesito insatisfatório, pois 100% dos egressos assinalaram também, que não houve melhora alguma na sua situação como trabalhador depois de fazerem o curso. O que se pode observar é que o programa não contribuiu para que os egressos pudessem melhorar sua qualidade de vida tanto profissionalmente, quanto em relação ao aumento da sua renda.

Dessa forma, é possível inferir, genericamente, alguma frustração por parte dos egressos com os cursos do PRONATEC, fundamentado na resposta da última pergunta, que abordava sobre a experiência deles com o programa: 8 respondentes (62%) marcaram a opção de que não indicariam o programa, porque observaram muitas falhas no curso escolhido, o que acabou por comprometer a sua qualidade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste artigo foi de investigar acerca das mudanças verificadas na renda e na empregabilidade dos egressos do PRONATEC na cidade de Formiga – MG. Ao atingir este objetivo, constatou-se que maioria dos respondentes não concluiu o curso e dentre aqueles que concluíram, identificou-se que não houve melhora na renda e nem na empregabilidade dos egressos, como proposto pelo inciso VI do artigo 1º da Lei 12.513/11, a lei que rege o PRONATEC.

A resposta para o problema de pesquisa proposto neste artigo é que, o PRONATEC não está fornecendo os resultados conforme os objetivos propostos na lei que rege o programa e, portanto, o investimento com ele dispensado não se justifica, já que ele não proporcionou a nenhum egresso a melhoria na renda ou qualificação profissional.

Entende-se que o PRONATEC poderia ser um programa que realmente oferecesse qualificação profissional e consequentemente melhoria na renda dos alunos. No entanto, a forma como ele foi lançado não contribuiu para tais fatores, uma vez que os municípios não possuem suporte e nem assistência do governo federal para oferecer cursos que atendam às expectativas dos alunos e das empresas, tais como profissionais capacitados, lugares adequados e uma estrutura do programa para ser seguida por qualquer município que pretende ofertá-lo. A falta de todos esses requisitos essenciais desdobra-se em cursos mal ministrados e desperdício da verba destinada à área da educação.

Ressalta-se que, os resultados obtidos não podem ser generalizados, uma vez que o estudo foi limitado a um grupo de trinta e cinco inscritos no programa na cidade de Formiga (MG). Apesar disso, acredita-se que este estudo contribui para informar a população sobre a qualidade dos cursos do PRONATEC e seus efeitos na vida dos egressos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 12.513 de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Diário Oficial da União. Brasília DF, 27 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 01 jun. 2016.

CASARIN, H. C. S. e CASARIN, S. J. C. **Pesquisa científica: da teoria à prática.** Curitiba: Ibpex, 2011.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional.** Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nº 1919. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CASTIONI, Remi. Planos, projetos e programas de educação profissional: agora é a vez do PRONATEC. **Sociais e Humanas** - Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 26, n. 1, p. 25-42, jan-abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5921/pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

CASTRO, Jorge Abrahão de; OLIVEIRA, Márcio Gimene de. Políticas públicas e desenvolvimento. MADEIRA, Ligia Mori, organizadora. **Avaliação de políticas públicas.** Porto Alegre: UFRGS, 2014. p. 20-48.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORE, Patrícia; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados – Modelagem multivariada para tomada de decisões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. **Revista Labor** – Revista da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 1, n. 11, p. 146-159, 2014. Disponível em:

<http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/volume11/9_POLITICAS_PUBLICAS_EDUCACIONAIS.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. Proeja e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas** – Revista do programa Políticas Educativas do Núcleo Disciplinário Educação para a Integração da Associação de Universidades Grupo Montevideo, Porto Alegre, vol. 6, n. 2, p. 84-100, 2013. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45658/28838>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.; SEIBEL, Erni Jose. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas** – Revista da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, vol. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr. out. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2008v42n1-2p227/13337>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Guia PRONATEC de cursos FIC**. 4. ed. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 mai. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PRONATEC: com R\$ 14 bilhões investidos, programa atendeu 4,6 milhões**. Portal do MEC, 07 de out. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=19137:com-r-14-bilhoes-investidos-programa-atendeu-46-milhoes>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

MOURA, Dante Henrique. **EJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Boletim Salto para o Futuro, nº 16. Setembro 2006. Disponível em: <http://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/141327Proeja.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002. Disponível em: <<http://www.abavaresco.com.br/images/stories/0203.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Do antigo ao novo desenvolvimento na América Latina**.

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Texto para discussão nº 274. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7726/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSSI, José Luiz Júnior; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial. **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-36, abr. 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5034/1/PPE_v29_n01_Evolucao.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. vol. 7. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos; ALVES, Edgard Luiz Gutierrez. **Qualificação Profissional: uma proposta de política pública**. Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nº 376. Brasília: Serviço Editorial, 1995. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1718/1/td_0376.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.